



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 12, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 12 - CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.12.21>

Recebido em: **08/08/2020**

Aprovado em: **08/08/2020**

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A ENEF, A BNCC E O CURRÍCULO SERGIPANO FINANCIAL
EDUCATION: ENEF; BNCC AND CURRÍCULO SERGIPANO EDUCACIÓN
FINANCIERA: ENEF; BNCC Y CURRÍCULO SERGIPANO

THICIANE CRISTINE ANJOS NASCIMENTO

<https://orcid.org/0000-0002-0587-5848>

VELEIDA ANAHI DA SILVA

RESUMO

A Educação Financeira é tema de discussões globais em instituições como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. No Brasil, a temática ganha destaque com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Esta foi criada por decreto federal e norteia as ações de Educação Financeira no país. Este artigo pretende apresentar a ENEF e discutir, com o auxílio de pesquisa bibliográfica e documental, como a Educação Financeira aparece na Base Nacional Comum Curricular e no Caderno Complementar do Currículo Sergipano que apresenta o Componente Curricular: Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira. Como base para a pesquisa foram utilizados principalmente o web site *Vida e Dinheiro*, a BNCC (BRASIL, 2018) e o Caderno Complementar (SEDUC, 2019).

Palavras-Chave: Educação Financeira. Currículo. ENEF.

ABSTRACT

Financial Education is the subject of global discussions at institutions such as the Organization for Economic Cooperation and Development - OECD. In Brazil, the theme gains prominence with the creation of the *Estratégia Nacional de Educação Financeira* - ENEF. This was created by federal decree and guides the actions of Financial Education in the country. This article intends to present ENEF, and discuss, with the aid of bibliographic and documentary research, how Financial Education appears in the *Base Nacional Comum Curricular* and in the Complementary Notebook of the *Currículo Sergipano* that presents the Curricular Component: Life Project, Entrepreneurial and Financial Education. As a basis for the research, the website *Vida e Dinheiro*, the BNCC (BRASIL, 2018) and the Complementary Booklet (SEDUC, 2019) were used.

Keywords: Financial Education. Curriculum. ENEF.

RESUMEN

La educación financiera es el tema de debates mundiales en instituciones como la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico - OCDE. En Brasil, el tema cobra protagonismo con la creación de la Estrategia Nacional de Educación Financiera - ENEF. Esto fue creado por decreto federal y guía las acciones de Educación Financiera en el país. Este artículo pretende presentar ENEF, y discutir, con la ayuda de la investigación bibliográfica y documental, cómo la Educación Financiera aparece en la *Base Nacional Comum Curricular* y en el Cuaderno Complementario del *Currículo Sergipano* que presenta el Componente Curricular: Proyecto de Vida, Educación Emprendedora y Financiera. . Como base para la investigación, se utilizaron el sitio web *Vida e Dinheiro*, el BNCC (BRASIL, 2018) y el Folleto complementario (SEDUC, 2019).

Palabras clave: Educación financiera. Plan de estudios. ENEF.

INTRODUÇÃO

A Educação Financeira está presente no currículo atual, e ganha destaque no debate neoliberal. É preciso uma educação pensada e organizada numa lógica econômica. O apelo ao consumo é característica essencial da sociedade atual. Se não consumo, não existo. E esse apelo não atinge somente o público adulto, mas também o público infantil, público este que está no ambiente escolar.

É preciso refletir, então, qual a lógica da educação nessa sociedade de consumo. Uma lógica neoliberal, que prepara para o mercado de trabalho inclusive com um currículo pensado e voltado para atender esta demanda. Uma lógica de desvalorização cultural, na qual se torna difícil se construir enquanto sujeito. Uma educação pensada não como direito, mas como uma forma de conter a pressão social (pensamento inclusive extremamente primitivo). Uma educação para todos, mas somente no acesso, geralmente ao espaço físico, quando muito à informação, mas não na aquisição de um saber propriamente dito, não a uma educação de qualidade (CHARLOT, 2005).

Essa sociedade tem o dinheiro como o responsável pela felicidade ou tristeza, dinheiro este que altera as relações sociais e passa a representar a individualização humana. Uma sociedade que se vê pensando na luta economia x vida.

Neste ano de 2020 o mundo se concentra nesta dualidade devido a crise sanitária que afetou todo o mundo. A COVID 19 é uma infecção respiratória causada pelo coronavírus, os primeiros casos apareceram na China em dezembro de 2019 e desde então espalhou-se rapidamente por todos os outros continentes ceifando diversas vidas. Como medida de contenção da doença diversos países adotaram medidas de distanciamento social, são medidas que restringem o convívio social visando diminuir a propagação do vírus e que paralisam inclusive as atividades de diversos setores da economia. Em Sergipe, com o decreto nº40.563, de 20 de março de 2020, o Governo proibiu a realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza; de atividades e serviços não essenciais, como shopping, salão de beleza, academia, boutiques, comércio em geral que não fosse considerado essencial; funcionamento do setor hoteleiro, mantendo-se aberto apenas com os hóspedes que ali já estivessem; o funcionamento de bares e restaurantes para consumo no local, podendo atender somente com serviço de retirada ou delivery (SERGIPE, 2020).

Desde o fechamento de alguns comércios ocorreu um amplo debate sobre salvar vidas e estagnar a economia, já que as ações ocorreram na intenção principal de havendo uma contaminação mais lenta evitaria-se o colapso do sistema de saúde e conseqüentemente dar-se-ia uma maior assistência a quem dele precisasse, ou manter a economia em pleno funcionamento e permitir a propagação rápida do vírus, promovendo o colapso dos hospitais e, em consequência disso, o maior número de mortos. Não pretende-se aqui o debate sobre a doença em si, o que chama a atenção é o pano de fundo: quanto vale uma vida? ou muitas?

A cultura neoliberal faz acreditar que o consumo é a fonte de vida, só e somente nele o ser humano se basta. Como viver se está tudo fechado com as medidas restritivas? Esta sociedade cria desejos, o valor simbólico da mercadoria está acima da utilidade, melhor que ter um carro é ter uma Ferrari. Isso não quer dizer que o dinheiro não importa e que a globalização deva ser abolida. Mas o discurso atual, a polêmica vida x dinheiro convida a reflexão, a uma tomada de consciência que impulsiona a sociedade para um caminho mais justo e solidário.

Neste mesmo ano de 2020, está em fase de implantação a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, e o Currículo Sergipano, este traz como componente curricular da parte diversificada a disciplina Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira e as escolas da rede estadual de ensino de Sergipe, devem neste ano letivo de 2020, ofertar esta disciplina aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais (séries as quais este artigo se refere). Assim, falar de Educação Financeira no currículo é tratar das questões mais atuais, questões de consumo, de meio ambiente, de

ética, de política, etc. Neste artigo dar-se-á a apresentação da ENEF, como estratégia que reúne as ações acerca de Educação Financeira no Brasil, e a discussão de como este saber adentra o currículo escolar através da BNCC e do Currículo Sergipano.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Brasil tem passado por grandes mudanças estruturais, nas dimensões demográfica, social e econômica, como o aumento da expectativa de vida, questões relacionadas a distribuição de renda, programas de combate a pobreza, crescimento da classe média, reforma da previdência. Além dessas questões relacionadas a políticas públicas e de desenvolvimento social, há também questões sociais de ordem mundial, a exemplo, como citado anteriormente, da crise sanitária que acometeu todo o mundo, a COVID-19, que alarmou o debate entre vida e dinheiro e que trará efeitos em longo prazo, ainda não conhecidos. E embora os efeitos futuros sejam incertos, o debate entre as esferas economia, saúde e vida são indiscutíveis.

Todas essas questões refletem e modificam padrões de consumo e a forma de lidar com o dinheiro. Urge preparar crianças e adultos para lidarem com as questões econômicas e os temas que as perpassam, através de uma Educação Financeira sólida, eficiente e eficaz. Atento a esses diálogos, há um movimento de Educação Financeira global. Diversos países já debatem e possuem ações para uma Educação Financeira efetiva de seus cidadãos, por acreditarem que esta é uma competência chave para a estabilidade e o desenvolvimento econômico dos países. Existe uma grande variedade de programas, inclusive em âmbito escolar, em países como França, Estados Unidos, Alemanha. Em sua maioria, esses países seguem as determinações da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE, a qual será apresentada brevemente. Araújo e Souza pontuam que

No cenário internacional, há uma crescente importância da educação financeira para o pleno exercício dos direitos devido a uma série de fatores. Alguns deles são a grande faixa de opções de produtos e serviços financeiros de empréstimo e investimento, as novas tecnologias para acesso e comercialização, o aumento da expectativa de vida da população e as recentes reformas nos sistemas previdenciários que gradualmente transferem dos governos para os cidadãos a responsabilidade sobre sua aposentadoria (2012, p. 54).

No Brasil os programas da Educação Financeira seguem as recomendações da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – que partem das recomendações da OCDE. A OCDE é uma organização de natureza essencialmente econômico-financeira e é uma importante fonte de soluções para políticas públicas em um mundo globalizado, preocupando-se com a prática de governos e instituições públicas e privadas em prol do fortalecimento da economia de mercado, produzindo estudos, debates, publicações e recomendações para os países. O Brasil, apesar de não ser membro, é um parceiro-chave da OCDE, podendo participar das suas discussões nos diferentes órgãos, aderir aos instrumentos legais, se integrar aos informes estatísticos, além de contribuir para o trabalho dos comitês.

No que trata da Educação Financeira a organização recomenda que os países promovam a educação e conscientização financeira fundamentais ao bom desenvolvimento social e econômico dos países. Conforme afirma Borges, a educação “para o consumo como matéria escolar já existe em vários países há alguns anos e tem sido vista pela Organização das Nações Unidas como a oportunidade de criar, inovar e mudar um país” (1999, p. 27). E ainda segundo o mencionado autor, esta deve ocorrer também no espaço escolar, uma vez que a escola “é a instituição mais capacitada para formar indivíduos autônomos, capazes de acompanhar as mudanças do mundo. Cidadãos preparados para viver num mundo globalizado” (BORGES, 1999, p. 27).

Assim, esta educação visa proporcionar a população um planejamento financeiro que a ajude a lidar com o orçamento doméstico para acompanhar gastos, investimentos, consumo, poupança, utilização de crédito, pessoais e familiares. De acordo com a OCDE a Educação Financeira pode ser definida como:

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 05).

A OCDE sugere o trabalho da EF levando em conta os princípios e práticas estabelecidos pela organização visando o bom funcionamento do mercado financeiro e da economia. Os princípios devem ser adequados a realidade de cada país, pensando no público alvo da ação, para que sejam desenvolvidos programas específicos a faixa etária, realidade socioeconômica, etc., de forma contínua para que se possa obter resultados a médio e longo prazo. A OCDE sinaliza, então, uma preocupação, conforme afirma Saraiva, “de conduzir as condutas dos indivíduos, de modo a torná-los prudentes no trato com o dinheiro e capazes de assumir a responsabilidade de gerir suas finanças com autonomia, mesmo nas situações mais adversas” (2017, p. 159).

No Brasil, como citado anteriormente, foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, criada pelo Decreto Federal 7.397/2010. A ENEF atua na promoção de ações de Educação Financeira no país e tem como finalidade específica “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). A estratégia foi criada através da articulação de sete órgãos e entidades governamentais[i] e quatro organizações da sociedade civil[ii], juntas essas entidades compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF. Este comitê é responsável por traçar as diretrizes para ações e projetos que vão disseminar a Educação Financeira no país.

Como polo de conteúdo e informações sobre o tema foi criado o *website vida e dinheiro*, que é um material de referência sobre o tema no Brasil e condensa todas as informações relativas a ENEF. Além disso, as ações da ENEF são compostas por programas setoriais e transversais. Os programas setoriais são as ações desenvolvidas pelos membros do CONEF. Esses programas são desenvolvidos por cada instituição – a exemplo da CVM, do Ministério da Fazenda, etc. –, de acordo com seus objetivos e papéis. Já os programas transversais são as ações que não são da responsabilidade de um órgão específico. Esse programa está sob orientação da Associação de Educação Financeira – AEF-Brasil e englobam: Projeto de Educação Financeira nas escolas; Projeto de Educação Financeira de adultos e a Semana Nacional de Educação Financeira.

A AEF-Brasil é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada em 2011 por quatro instituições do mercado financeiro: ANBIMA, B3, CNSEG e FEBRABAN e age em convênio com o CONEF, desde 2012. A associação coordena e executa ações e programas da ENEF para disseminação da Educação Financeira para crianças, jovens e adultos. Nas escolas foram criados cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em Educação Financeira para professores.

A AEF organizou, em parceria com o CONEF, os livros de Educação Financeira para o Ensino Fundamental e Médio. Esses livros seguem o modelo pedagógico e os conteúdos do documento base “*Orientação para Educação Financeira nas Escolas*”, documento construído com a participação do Ministério da Educação e de diversas outras instituições educacionais e financeiras, coordenado pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM). Os temas são trabalhados de forma transversal, aliados principalmente a Língua Portuguesa e Matemática.

Para a ENEF, para que um país tenha um sistema financeiro sólido e eficiente é preciso indivíduos

economicamente equilibrados, pois indivíduos em dificuldades financeiras geram para a sociedade perda de potencial de desenvolvimento humano, sobrecarga das redes de proteção e efeitos sistêmicos de natureza econômica (BRASIL, 2011). Assim a estratégia apresenta como objetivos: 1. Promover e fomentar a cultura da educação financeira no país; 2. Ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e 3. Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Percebe-se que a proposta da ENEF está intimamente relacionada as questões financeiras. Quanto a isso Dantas relata que apesar de apoiar a proposta da ENEF de inclusão da Educação Financeira no âmbito escolar, percebe que

ela deve ensinar, não só a compreensão inicial do funcionamento do sistema financeiro, capacitando o aluno para lidar com as ferramentas financeiras presentes em seu cotidiano, mas também deveria oferecer meios a ele, de reconhecer possibilidades e limites desse sistema ao desenvolver uma visão crítica, objetivo este não incluído no referido programa, e que se torna fundamental nas aulas envolvendo esse assunto (2017, p. 20).

Corroborando e ampliando o defendido por Dantas, percebe-se, ao longo de toda a apresentação sobre a ENEF que esta adota uma postura de preocupação financeira aliada a situação econômica do país, uma sociedade economicamente iletrada pode comprometer a estabilidade e o crescimento econômicos. Indivíduos endividados significa consumidor fora do mercado, pois este não irá realizar novos investimentos. Ao mercado interessa o endividamento controlado, no qual o indivíduo é capaz de arcar com as dívidas contraídas sem afetar seu poder de compra. A Educação Financeira é percebida, então, na proposta da ENEF como possibilidade preventiva para equipar os consumidores com as informações necessárias para tomada de decisão em vistas a manter o orçamento familiar/pessoal equilibrado, este discurso limita a abordagem da Educação Financeira no âmbito escolar, que pode ser ampliado a partir do conceito apresentado por Silva e Powell (2013)

Um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013, p. 13).

Assim, a Educação Financeira proporcionará conexões com temas relacionados a questões ambientais, de ética, questões sociais, como distribuição de renda, ou seja, temas que podem contribuir para a formação não só de indivíduos que tenham otimizados os comportamentos relacionados a poupança e consumo, mas também, e principalmente, para o desenvolvimento de competências e habilidades para uma vida em sociedade crítica e consciente, legitimando as tomadas de decisões de forma reflexiva.

Cabe a ressalva e o convite a reflexão, pois na elaboração do projeto de Educação Financeira brasileiro fazem parte das propostas e estratégias muitas instituições financeiras, mas a Educação Financeira Escolar não pode estar voltada a interesses específicos desta ou daquela instituição ela deve estar imersa num processo mais amplo de formação e debate na perspectiva de uma educação formadora e libertadora, que contemple elementos atitudinais e comportamentais e que proporcione ao aluno a perspectiva de reflexão nas decisões cotidianas. Sobre isso, Britto (2012) ressalta que é necessário cautela em relação às propostas que são colocadas nas escolas por programas em que há a participação de bancos e instituições financeiras, pois estas podem transformar o ambiente escolar em espaços para divulgação e venda de produtos e serviços financeiros.

BNCC E CURRÍCULO SERGIPANO

Pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, no sistema educacional brasileiro, cabe ao governo federal coordenar a política de educação nacional, como se lê no parágrafo primeiro do art. 8º da LDB “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996). Essa orientação e supervisão cabem ao Ministério da Educação. A cada Estado, Município e instituição escolar, a partir da autonomia que a lei lhes confere, cabe elaborar e executar propostas pedagógicas aliadas as diretrizes nacionais.

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular, como política nacional, traça as bases curriculares para o desenvolvimento das habilidades, competências e conhecimentos essenciais aos alunos das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC foi construída em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Deve-se atentar que as crianças e adolescentes do mundo contemporâneo têm mais acesso a bens, produtos e serviços financeiros que as crianças e jovens de outrora e, portanto, necessitam ser educadas de forma a lidar com temas diferentes daqueles que as gerações anteriores necessitavam. Novas competências e habilidades são demandadas e as crianças precisam de formação em Educação Financeira.

A BNCC apresenta dez competências gerais a serem desenvolvidas na Educação Básica, que visam o desenvolvimento global do indivíduo, considerando suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética e moral. Nestas pode-se perceber aspectos ligados ao conceito de Educação Financeira Escolar quando trata de questões como poupança, gastos, consumo sustentável, meio ambiente, desigualdade social, entre outros.

As competências gerais da BNCC apresentam uma preocupação com a formação integral do cidadão, o estudante é estimulado a refletir sobre sua participação no mundo social e sobre suas relações com o outro e com o meio, numa atitude questionadora e crítica diante das questões históricas, sociais e ambientais. O indivíduo é levado também a considerar questões emocionais e psicológicas que afetam suas relações de consumo e a reconhecer e analisar posicionamentos, pontos de vista, fundamentais a uma tomada de decisão reflexiva, baseada em escolhas coerentes e fundamentadas. Segundo Bauman “é exatamente a não-satisfação dos desejos, que constituem os verdadeiros volantes da economia voltada para o consumidor” (2008, p. 64).

A temática da Educação Financeira pode ser encontrada na BNCC, por exemplo, quando se trata das competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental, na competência 04 (quatro) há referência a temas tratados no debate da Educação Financeira, uma vez que o professor deve utilizar as diversas “[...] linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global” (BRASIL, 2018, p. 65). Já nas competências específicas de Arte para o Ensino Fundamental, a BNCC traz, na competência 06 (seis): “Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade” (BRASIL, 2018, p. 198). Ou seja, além de estar presente nas competências gerais a serem trabalhadas no Ensino Fundamental, a temática financeira também aparece nas competências a serem desenvolvidas nos diferentes componentes curriculares, o que demonstra ainda mais a relevância de conhecer e discutir esta temática.

Ao longo da BNCC encontram-se outros objetos de conhecimento e habilidades que dialogam com a Educação Financeira. Em matemática, esperasse que os conteúdos estejam relacionados a situações cotidianas para que os alunos “resolvam problemas sobre situações de compra e venda e desenvolvam, por exemplo, atitudes éticas e responsáveis em relação ao consumo” (BRASIL, 2018,

p. 273). Evitando assim o consumismo, analisando a relação entre desejo x necessidade, composição e qualidade do produto, impactos ambientais, etc. Ou ainda em ciências quando se propõe o debate para manutenção dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental ressaltando que os alunos devem ser

capazes de avaliar hábitos de consumo que envolvam recursos naturais e artificiais e identifiquem relações dos processos atmosféricos, geológicos, celestes e sociais com as condições necessárias para a manutenção da vida no planeta (BRASIL, 2018, p. 329).

Fazendo o aluno pensar sobre o excesso de consumo atual e como isso reflete no meio ambiente e nas gerações futuras propondo a discussão sobre o mundo em que vivem e promovendo situações para que repensem como melhorar a qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental.

No ensino de História pensar como as pessoas produzem e consomem bens, produtos e serviços e quais os registros e influências deixados, nos fazem refletir sobre modos de ser e viver, compreendendo as relações sociais que nos cercam.

Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes (BRASIL, 2018, p. 398).

Pensar sobre isso conduz os alunos a uma reflexão sobre as relações econômicas, políticas e culturais que interferem em condutas e escolhas, que perpassam a desigualdade no acesso ao trabalho e aos bens de consumo.

- fundamental que nossos alunos aprendam a se posicionar criticamente diante dessas questões e compreendam que grande parte do que se consome é produto do trabalho, embora nem sempre se pense nessa relação no momento em que se adquire uma mercadoria. É preciso mostrar que o objeto de consumo seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício. É ou aparelho eletrônico etc. é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho (BRASIL, 1998, p. 35)

A Educação Financeira tratada na BNCC possui visão ampliada, a preocupação não é apenas com gastos x poupança x produtos financeiros, é uma visão que proporciona ao aluno uma reflexão das diversas temáticas como meio ambiente, ética, consumo, relações de poder. As habilidades relacionadas a EF são trabalhadas de forma interdisciplinar nas disciplinas de Arte, História, Geografia, Ciências, Matemática, Português. Assim, a EFE promove o diálogo com as mais diversas disciplinas e apresenta discussões que estão alinhadas as competências e habilidades trazidas pela BNCC, documento que norteia a educação nacional. Através da Educação Financeira o aluno entra em contato com situações vivenciadas diariamente por ele, refletindo sobre estas e podendo tomar decisões balizadas numa análise crítica, no que seja mais coerente para suas relações consigo, com o outro e com o meio.

A BNCC aponta ainda, e de forma mais específica e direta, expectativas de aprendizagem para temas contemporâneos que afetam a vida humana. Estes devem ser incorporados aos sistemas e redes de ensino. Entre esses temas encontra-se educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural[iii]. Na BNCC essas temáticas contemporâneas “são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada”. (BRASIL, 2018, p.19). Assim, a BNCC, como seu próprio nome sugere, traz uma base que deve ser comum a todos os sistemas de ensino a nível Federal, entretanto o currículo deve ter uma parte diversificada para

atender as demandas locais, regionais.

Seguindo esta orientação, e alinhado a LDB em seu artigo 26, quando trata do currículo de cada estado, a saber:

Art. 26 Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

O Estado de Sergipe regulamentou o currículo Sergipano e, atendendo a parte diversificada, a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC) formulou o *Caderno Complementar do Ensino Fundamental que trata do componente Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira*, em parceria com o Sebrae Sergipe e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que faz parte da grade curricular do Ensino Fundamental de todas as escolas estaduais a partir do ano de 2020. Esse componente tem como foco

a formação de competências necessárias que propiciam aos estudantes maiores condições de atingir com sucesso os seus objetivos pessoais e profissionais, preparando-os para o protagonismo de suas ações e para o futuro no mercado de trabalho, a partir do estímulo de competências relacionadas a autoconhecimento, criatividade, resiliência, persistência, flexibilidade, comprometimento, cooperação em equipes, liderança e a autoconfiança (SEDUC, 2019, p. 11).

O componente curricular Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira tem carga horária de 40 horas anuais e deve ser trabalhado em diálogo com as mais diversas áreas de conhecimento, a partir de situações didáticas que instiguem o estudante a refletir sobre suas práticas cotidianas. Para isso, a disciplina apresenta 23 competências específicas, aliadas a ENEF e a BNCC, a serem desenvolvidas no decorrer dos nove anos do Ensino Fundamental, destas, encontra-se 9 (nove) relacionadas a Educação Financeira, a saber:

Conviver de forma ética e responsável com o ambiente ao seu redor, exercendo direitos e deveres, agindo coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; Discutir a importância do dinheiro e como administrá-lo, ou seja, como ganhar, gastar, poupar e doar dinheiro e consumir de forma responsável; Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança; Elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos; Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas; Refletir sobre os seus sonhos, objetivos, aprendendo a se organizar, estabelecer metas, planejar e perseguir com determinação, esforço, autoconfiança e persistência o seu projeto de vida; Atuar de maneira autônoma, solidária e competente sobre os contextos e desafios, limites e possibilidades; Aprender a avaliar, a decidir e a fazer escolhas, e ser responsável pelas suas decisões e ações. Iniciativa; Responsabilidade; Compromisso; Tomada de decisões; Resolução de Problemas; criar espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso (SEDUC, 2019, p. 16).

Diante do exposto, no que trata as competências nota-se a preocupação com o alinhamento a BNCC, com as tratativas da ENEF e com a formação integral do sujeito, fazendo um debate que proporciona a transversalidade das discussões, abrangendo as diversas áreas do saber e proporcionando aos discentes a oportunidade de refletir sobre fatos históricos, consumo consciente, ética, etc.

De acordo com o documento é necessário instrumentalizar os estudantes para que analisem suas escolhas, adequando-as ao atendimento de suas expectativas e da sociedade. Ou seja, as habilidades e

competências serão trabalhadas de modo a desenvolver nos alunos atitudes de reflexão, elaboração de hipóteses, busca de soluções, que irão embasar a tomada de decisão fundamentada no conhecimento e na criticidade. Assim alinha-se: **Projeto de vida**, na qual o estudante será o protagonista da sua história, vivendo e analisando o presente e planejando o futuro; **Educação Empreendedora**, buscando desenvolver em cada aluno atitudes empreendedoras como refletir, sintetizar, criar, criticar, concluir, avaliar, argumentar, etc. Essas atitudes visam estimular nos alunos uma cultura empreendedora para que desenvolvam autoestima, bom trabalho em equipe, planejamento, etc.; **Educação Financeira**, pois para ser empreendedor e ter um projeto de vida é importante ter clareza sobre valores e práticas relacionadas as questões financeiras (SEDUC, 2019).

O componente curricular Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira é organizado por **unidades temáticas** – que são os grandes blocos temáticos que organizam o conhecimento escolar de cada componente –, **objetos do conhecimento** – seriam os conteúdos e conceitos através dos quais as habilidades serão desenvolvidas –, **habilidades** – são as aprendizagens que os alunos irão adquirir e que possibilitarão a construção do conhecimento – e **experiências e vivências** – como esse trabalho poderá ser efetivado em sala de aula. Além disso, o componente é dividido em dois eixos: Eixo 1: Projeto de Vida; Eixo 2: Educação Empreendedora e Financeira. Neste artigo será apresentada apenas a unidade temática Fundamentos da Educação Financeira que está inserida no Eixo Educação Empreendedora e Financeira. Para compreender melhor a organização desta unidade temática temos o quadro abaixo:

Quadro 01: Organização da Unidade Temática Fundamentos da Educação Financeira

Ano	Objeto do Conhecimento	Habilidades	Experiências e Vivências
1º Ano	Produção e consumo; como eu e as pessoas se organizam; responsabilidade pessoal e social pelos espaços e bens comuns e planejamento.	Conhecer noções de desperdício, noções de precificação, consumo e lixo seletivo; compreender os processos de produção para poder refletir a respeito dos custos financeiros e ambientais que acarretam; Exercer direitos e deveres de forma ética e Responsável.	Ler e interpretar o livro Educação Financeira nas Escolas organizado pela ENEF; fazer visitas a supermercado; assistir vídeos sobre o desperdício, consumo e lixo seletivo
2º Ano	Produção e consumo; como eu e as pessoas se organizam; responsabilidade pessoal e social pelos espaços e bens comuns e planejamento.	Desenvolver a capacidade de usar o dinheiro com consciência e sustentabilidade; Aprender a poupar o dinheiro e traçar pequenas metas; Reconhecer a importância da educação financeira para a própria vida e a contribuição dela para a vida adulta; Obter noções de consumo/consumidor,	Ler e interpretar o livro Educação Financeira nas Escolas organizado pela ENEF; analisar um processo produtivo de industrialização de algum produto; conhecer e pensar criticamente a respeito de como a sociedade se organiza para produzir, transportar e descartar produtos naturais e industrializados e qual o custo financeiro e socioambiental desse processo, por meio de vídeos; Desenvolver atividade de poupar parte do dinheiro

		produtor, distribuidor, preço, lucro, perda, fonte de renda e investimento.	que ganha em cofrinho e abrir o cofrinho mensalmente na escola para acompanhar e confrontar com as metas estabelecidas.
3º Ano	Produção e consumo; como eu e as pessoas se organizam; responsabilidade pessoal e social pelos espaços e bens comuns e planejamento.	Desenvolver noções de consumo, matéria-prima x produto industrializado, distribuidor, consumidor e coleta seletiva de lixo; analisar as melhores formas de se pagar – preço à vista ou a prazo, contribuindo para a formação de hábitos e atitudes financeiras positivas. Ter a capacidade de analisar compras baseadas no desejo e não na necessidade. Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar.	Ler e interpretar o livro Educação Financeira nas Escolas organizado pela ENEF; desenvolver atividade que proporcione o pagamento de algum produto e negociação de preço e prazo; assistir vídeos sobre o uso consciente do dinheiro que ganha.
4º Ano	Produção e consumo; como eu e as pessoas se organizam; responsabilidade pessoal e social pelos espaços e bens comuns e planejamento.	Explicitar o processo de produção que se inicia na natureza e termina com diferentes possibilidades de reciclagem; conhecer a história do dinheiro.	Ler e interpretar o livro Educação Financeira nas Escolas organizado pela ENEF. Questionar aos estudantes se conhecem todas as cédulas e moedas e solicitar que as descrevam; assistir vídeos infantis sobre o uso consciente do dinheiro.
5º Ano	Meio Ambiente com foco no consumo sustentável	Explicitar o processo de produção que se inicia na natureza e termina com diferentes possibilidades de reciclagem; adequar os níveis e tipos de consumo para não exaurir os recursos renováveis e não renováveis do planeta, preservando o bem-estar das gerações atuais e futuras.	Ler e interpretar o livro Educação Financeira nas Escolas organizado pela ENEF; Assistir vídeos sobre o uso consciente do dinheiro; Apresentar o conceito dos 5 “R”s (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar); Discutir casos relacionados as questões ambientais.

Fonte: SEDUC, 2019.

Nota-se, pela sua estrutura curricular, que há o indicativo de trabalho com o material proposto pela ENEF, no espaço Experiências e Vivências do quadro apresentado. O material está disponível para download no site vida e dinheiro, mas não houve em âmbito estadual discussão e formação para uso

deste. Percebe-se, ainda, ao analisar este componente curricular que as questões tratadas, apesar de darem maior ênfase às questões financeiras pessoais, não se relacionam apenas a financiar, gastar, poupar, mas a temas como impacto ambiental, produção de lixo, responsabilidade social. Oliveira afirma que aliar o tema consumo com o discurso ambiental “consiste na construção de uma cultura de consumo crítica, baseada em atitudes éticas, justas, cooperativas e solidárias” (2017, p. 97). Ou seja, questões reflexivas que levam o aluno a pensar sobre as relações econômicas, financeiras, sociais e ambientais. Vê-se que a Educação Financeira é fundamental para alterar o comportamento, por isso é tão importante trazer essas temáticas desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Discutir questões de consumo atreladas ao impacto ambiental, por exemplo, é de suma importância para que as gerações atuais avaliem como sua vida impacta no meio ambiente e na sobrevivência das gerações futuras. Assim, com as temáticas discutidas na Educação Financeira o professor estará “preparando cidadãos para promover o crescimento econômico, atrelado ao desenvolvimento tecnológico de forma sustentável, levando em conta a inclusão social e a preservação do meio ambiente” (NISKIER, 2012, p. 6).

Para trabalhar com a temática os professores receberam formação específica, de acordo com o documento *Orientações Gerais para a formação de professores: componente curricular Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira* (SEDUC, 2020), no intuito de adquirir conhecimentos e metodologias essenciais a sua atuação em sala de aula. Para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, a formação, com carga horária de 50 horas, foi dividida em três blocos de trabalho: 1. 30h de formação com o tema Educação Empreendedora e Financeira. Para trabalhar esta temática foi ofertado aos professores, em parceria com o Sebrae, na modalidade EAD, o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos – Anos Iniciais, no período de 15 de abril a 30 de maio de 2020; 2. 8h de formação com o tema Projeto de Vida, através de vídeo-aulas e de um e-book disponibilizado aos professores; 3. 12h de participação em palestras, seminários e workshops para tratar de atividades e eventos relacionadas aos temas do componente curricular (SEDUC, 2020).

Uma formação faz-se extremamente necessária, uma vez que a falta desta pode gerar incertezas por parte dos professores quando da aplicação do conteúdo na prática. Ter um material didático ou um documento norteador, por si só não garante a efetivação do componente curricular e, por se tratar de uma temática nova que ainda não se faz presente nos currículos de formação de professores nas universidades, a formação continuada é essencial para que os docentes se preparem para atuar com estes novos objetos de conhecimento.

É essencial ainda que a Educação Financeira seja amplamente discutida e analisada, pois em sua trajetória de implantação, está à frente das discussões instituições de caráter financeiro e econômico, o que pode perpetuar um caráter de responsabilização / culpabilização individual da condição social / financeira do indivíduo. Conforme afirma Campos,

É fundamental que orientações para a inserção da Educação Financeira na Educação Básica sejam analisadas com mais profundidade, buscando perceber quais são seus reais objetivos. Por trás de ações que aparentemente buscam contribuir para a formação financeira dos indivíduos podem existir interesses maiores, como a busca de alternativas para que os consumidores não atinjam a inadimplência, mas continuem atendendo aos apelos do consumo e permaneçam dentro de limites aceitáveis de endividamento (2012, p. 40).

Assim, faz-se necessário que o professor reflita sobre esse currículo e sobre essa Educação Financeira que chega à escola, para que este não tenha um comportamento indiferente, que não reflita sobre esse currículo que está posto. É preciso agir com reflexão para então formar alunos críticos que vão atuar nesta sociedade de consumo de forma efetiva, consciente e modificadora.

Considerações Finais

O aspecto financeiro atualmente é o primordial. Não basta ser, é preciso ter. E não basta apenas ter, é preciso ter sempre mais, o mundo produtivo precisa criar novas necessidades para que o setor não pare. Um celular lançado hoje daqui há um mês já estará “ultrapassado”, será lançado um que atenda melhor as suas “necessidades”, a foto é mais nítida, possui melhores “filtros”, ou seja, consome-se não pela utilidade do bem, mas porque se você não consome você não existe, você está fora do que é considerado “normal”, padrão.

Esta sociedade do consumo, é, em sua essência, uma sociedade do desperdício e do descarte, do excesso, me livro do que adquiri ontem para adquirir mais. O que gera uma complicação inclusive ambiental. É a sociedade que produz a maior quantidade de lixo. Por isso, as discussões em âmbito de impactos ambientais são tão importantes, como ensinar as crianças que seus desejos de hoje comprometem o ambiente em que vivem e do qual dependem para sobreviver?

A Educação Financeira surge no currículo como possibilidade para então discutir questões relacionadas a consumo, meio ambiente, ética, produção, etc. mas é preciso cautela e muita reflexão uma vez que este saber é inicialmente pensado por instituições de cunho econômico financeiro. É necessário cuidado para que a EF não seja simplesmente mais uma forma de domar e domesticar os povos, fazendo-os acreditar que se encontram nesta ou naquela situação apenas por esforços e méritos individuais.

A Educação Financeira consta no currículo oficial e portanto precisa ser fonte de estudos e pesquisas para que os professores possam ter amplo suporte teórico para uma reflexão acerca de sua prática, para que esta seja cada vez mais modificadora em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

[i] Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda.

[ii] ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais; B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; CNSEG – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e vida, Saúde Complementar e Capitalização; FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

[iii] Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fábio de A. Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri P. de. Educação Financeira para um Brasil Sustentável. Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Boletim Técnico Informativo**. Brasília, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação de pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BORGES, Luisa. **Salve seu bolso**: o mais completo guia para antes, durante e depois da compra. São Paulo: Petrópolis, 1999.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. Decreto Federal 7.379, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, dez. 2010.

BRASIL. **Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2011. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Base nacional Comum curricular versão final**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

BRITTO, Reginaldo Ramos de. **Educação Financeira**: uma pesquisa documental crítica. 263f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

CAMPOS, Marcelo Bergamini. **Educação Financeira na Matemática do Ensino Fundamental**: uma análise da produção de significados. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em educação Matemática – Mestrado profissional. UFJF, Juiz de Fora, 2012.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DANTAS, Luciana Troca. **Educação Financeira e Consumo Consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do ensino fundamental**. 96 f. Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino das Ciências da Universidade do Grande Rio - Prof Jose de Souza Herdy, Biblioteca Depositária: Biblioteca Euclides da Cunha, Duque de Caxias, 2017.

NISKIER, Arnaldo. **Sustentabilidade e Educação**. 1 ed. São Paulo: SESI – SP, 2012.

OCDE. **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira**. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe: 2005.

OLIVEIRA, Anaelize dos Anjos. **Educação Financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: como tem ocorrido em sala de aula**. 160f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnologia da Universidade Federal de Pernambuco. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE, Pernambuco, 2017.

SARAIVA, Karla SCHUCK. Os sujeitos endividados e a educação financeira. **Educar em revista**. Curitiba, Brasil, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SEDUC. **Caderno Complementar Ensino Fundamental** – Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira. 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xpzY1xIJeZ-FLQXutkfOz0_d0QRN3XXB/view. Acesso em: 02 de mar. 2020.

SEDUC. **Orientações Gerais para formação de professores**: Componente curricular projeto de vida, educação empreendedora e financeira. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HtvcKJG-HkzSgl6ndH78R8b3utDNMcN2/view> Acesso em: 15 de abr. 2020.

SERGIPE. Decreto Estadual nº40.563, de 20 de março de 2020. Atualiza as medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19. Aracaju, mar. 2020.

SILVA, Amarildo; POWELL, Arthur. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: XI Encontro Nacional de Educação Matemática. **Anais do XI ENEM**, Curitiba, 2013.

[1] Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Ministério da Justiça e Cidadania; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda.

[1] ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais; B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; CNSEG – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e vida, Saúde Complementar e Capitalização; FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

[1] Parecer CNE/CEB n° 11/2010 e Resolução CNE/CEB n° 7/201023

* Thiciane Cristine Anjos Nascimento é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe, Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe e integrante do grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Contemporaneidade. E-mail: thiciane.anjos@hotmail.com

** Veleida Anahi da Silva é Doutora em Ciências da Educação, Pós Doutorado em Educação. Professora da Universidade Federal de Sergipe e integrante do grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Contemporaneidade. E-mail: vcharlot@terra.com.br